

Amazônia Azul, uma perspectiva brasileira no contexto da geopolítica do Atlântico Sul

Blue Amazon, a Brazilian perspective in the South Atlantic geopolitics

Amazonia Azul, una perspectiva brasileña en el contexto de la geopolítica del Atlántico Sur

Amazonie Bleue : une perspective brésilienne dans le contexte de la géopolitique de l'Atlantique Sud

Data da submissão: 11 de junho de 2025

Data da aprovação: 20 de julho de 2025

*Israel de Oliveira Andrade¹
Ana Flávia Barros-Platiau²*

Resumo

A Amazônia Azul é zona de grande interesse nacional e internacional, sendo fonte de riquezas econômicas e naturais. Logo, sob uma perspectiva geopolítica, mostram-se necessárias iniciativas de segurança e defesa nessa área. Este texto se propõe a discutir como são as ações coordenadas de atores civis e militares para a garantia da soberania nacional e do desenvolvimento sustentável da Amazônia Azul, e quais são seus impactos nas vertentes econômica, social e ambiental. No quadro do crescente interesse pela região, o Brasil tem envidado esforços para a manutenção da paz e da segurança, e também para a conservação do meio ambiente. Assim, pretende-se expor de modo sucinto a existência dessas riquezas e interesses, algumas das iniciativas brasileiras e de cooperação com outros países, além de questões importantes para a geopolítica do Atlântico Sul que devem ser consideradas na estratégia de atuação do Brasil, como no caso da ZOPACAS.

Palavras-chave: Atlântico Sul, Amazônia Azul, geopolítica, Brasil

Abstract

The Blue Amazon is an area of great national and international interest, as it is a source of economic and natural wealth. Therefore, from a geopolitical perspective, security and defense initiatives in this area are essential. This text aims to discuss how actions among actors, civilians and military are coordinated to promote sovereign rights and sustainable development of the Blue Amazon, thus looking at its impacts on the economic, social and environmental axes. In the context of growing interest in the region, Brazil has made efforts not only to maintain peace and security, but also to preserve the environment. Thus, this paper seeks to briefly present the wealth and interests at stake, some of the Brazilian initiatives and cooperation with other countries, and key issues for the geopolitics of the South Atlantic that should be considered in Brazil's strategy of action, such as ZOPACAS.

Keywords: South Atlantic, Blue Amazon, geopolitics, Brazil

¹Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desde 1992. Dedicase atualmente a estudos relativos a Defesa, Geopolítica e Relações Internacionais.

²Professora no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e da Escola Superior de Defesa (ESD). Pesquisadora do INCT Criossfera, Earth System Governance e Prodefesa V/CAPES. Bolsista PQ do CNPq.

Resumen

La Amazonia Azul es una zona de gran interés nacional e internacional, ya que constituye una fuente de riquezas económicas y naturales. Por lo tanto, desde una perspectiva geopolítica, se hacen necesarias iniciativas de seguridad y defensa en dicha área. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo las acciones coordinadas entre actores civiles y militares contribuyen a garantizar la soberanía nacional y el desarrollo sostenible de la Amazonia Azul, así como sus impactos en las dimensiones económica, social y ambiental. En un contexto de creciente interés por la región, Brasil ha realizado esfuerzos para mantener la paz y la seguridad, así como para conservar el medio ambiente. De este modo, se pretende presentar de forma concisa las riquezas e intereses involucrados, algunas iniciativas brasileñas y de cooperación con otros países, así como cuestiones clave para la geopolítica del Atlántico Sur que deben ser consideradas en la estrategia brasileña de actuación, como el caso de ZOPACAS.

Palabras clave: Atlántico Sur, Amazonia Azul, geopolítica, Brasil

Résumé

L'Amazonie Bleue est une zone d'intérêt national et international majeur, constituant une source de richesses économiques et naturelles. Ainsi, dans une perspective géopolitique, des initiatives en matière de sécurité et de défense s'avèrent nécessaires dans cette région. Cet article vise à analyser comment les actions coordonnées d'acteurs civils et militaires contribuent à garantir la souveraineté nationale et le développement durable de l'Amazonie Bleue, ainsi que leurs impacts dans les dimensions économique, sociale et environnementale. Dans un contexte d'intérêt croissant pour la région, le Brésil a déployé des efforts pour maintenir la paix et la sécurité, ainsi que pour préserver l'environnement. L'objectif est donc de présenter de manière succincte ces richesses et intérêts, certaines initiatives brésiliennes et coopérations internationales, ainsi que des enjeux géopolitiques importants de l'Atlantique Sud à prendre en compte dans la stratégie brésilienne, comme le cas de la ZOPACAS.

Mots-clés: Atlantique Sud, Amazonie Bleue, géopolitique, Brésil

1 INTRODUÇÃO

Pensar a Amazônia em toda a sua riqueza e complexidade nos permite associar as Amazônias terrestre e marinha, a verde e a azul, pois o que acontece numa, certamente traz efeitos para a outra. Logo, a defesa da soberania e a promoção da sustentabilidade da nossa “grande Amazônia” implicam analisar de forma abrangente todos os desafios e oportunidades. Consequentemente, a Amazônia pode ser considerada como “heartland” do Antropoceno (Barros-Platiau *et al.*, 2025), a era geológica marcada pelos alertas científicos alimentados por riscos globais decorrentes da insustentabilidade do crescimento desigual em escala global. Entretanto, quando se pensa a Amazônia, a parte terrestre - fronteiras, floresta, pessoas, atividades econômicas, entre outras - prevalece sobre a parte marítima (Guldberg *et al.*, 2025), e, geralmente, destacando a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável, necessário para substituir “padrões predatórios” na região (Medeiros Filho *et al.*, 2025), ou ainda a abordagem socioambientalista mais recente exposta em Inoue *et al.* (2025).

Nesta linha, o texto privilegia uma abordagem da geopolítica, com o arcabouço conceitual e analítico do século XXI (Monteiro, 2021; Gonzales, 2024). Adicionalmente, adota uma abordagem da geografia política ancorada na proposta do tripé: ator, espaço e poder, de Castro (2024, p. 78). Sendo o Estado Brasileiro o principal ator, porém não o único (Gonzales, 2024, p. 77; Barros-Platiau *et al.*, 2024); a Amazônia Azul como o espaço de atuação; e os desafios para a defesa da soberania nacional sobre o espaço e seus recursos como fonte de eventuais conflitos de interesses.

A Amazônia Azul (Carvalho, 2004, apud Barros *et al.*, 2015, p. 205) é parte do Atlântico Sul, oceano que banha a costa brasileira, e também a de outros 23 países americanos e africanos. É um ambiente repleto de riquezas naturais e de diversos ecossistemas, mas também é berço de questões econômicas, políticas e ambientais complexas. O espaço marítimo brasileiro tem sido chamado de Amazônia Azul devido à sua extensão que se assemelha à da Amazônia Legal brasileira, que, segundo o IBGE, em 2022, possuía cerca de 5.015.146 km². Em abril de 2025, a Comissão de Limite da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a solicitação do Brasil referente à margem equatorial, acrescentando cerca de 360 mil km² ao espaço marítimo brasileiro, segundo Agência Gov. A área total do

pleito junto à referida Comissão resultará em uma área marítima de cerca de 5,7 milhões de km², conforme a Marinha do Brasil (MB). Como resultado do programa Levantamento da Plataforma Continental conduzido pela MB (fase 1 e fase 2), o Brasil solicitou fundamentalmente quatro áreas, segundo sítio eletrônico da MB: em 2003, 960 mil Km², distribuídos por toda a costa brasileira; e, posteriormente ao LEPLAC 2, 3 áreas (Sul - 170 mil Km², em 2015; Margem Equatorial - 360 mil Km², em 2017; e, Margem Oriental/Meridional - 1,5 milhão km², 2018).

No entanto, não é somente na extensão que as Amazôncias azul e verde se assemelham, mas na rica biodiversidade existente nessas áreas. A verde é considerada um dos maiores e mais diversificados biomas em termos de fauna e flora (Veríssimo, et al, 2024; ISPNI, 2025), já na azul se encontram ecossistemas próprios que prestam serviços que tornam a vida no planeta Terra viável (Seixas et al., 2023).

A área marítima é, ainda, por onde passa mais de 80% do comércio internacional (no caso brasileiro esse índice chega a ser superior a 95%, segundo a Marinha do Brasil), e cabos submarinos fundamentais para a comunicação no globo. Não se pode deixar de considerar a questão da soberania que perpassa necessariamente esse espaço. Países costeiros possuem, muitas vezes, disputas territoriais por soberania e por jurisdição sobre áreas marítimas e seus recursos. Na defesa apropriada desses interesses, é importante conhecer esse espaço e seus recursos, monitorá-lo, protegê-lo e preservá-lo.

Este artigo se concentrará nos interesses brasileiros referentes à Amazônia Azul, abordando a área marítima brasileira e seu entorno estratégico, sob uma perspectiva de questões geopolíticas. Assim, busca responder à questão: como são as ações coordenadas, de atores civis e militares, e colaborativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Azul? E subsidiariamente abordar quais são seus impactos nas vertentes econômica, social e ambiental.

Considerando que a abundância de recursos naturais estratégicos motivam a cobiça de terceiros, deve-se analisar a questão da utilização e proteção desses recursos de forma estratégica (Andrade et al., 2020b). Para que um Estado tenha uma atuação mais eficiente nas suas conquistas, segundo Romana (2016, p.15) é necessário uma estratégia, que “correspond[a] à procura da eficácia máxima na ação do Estado na realização dos seus fins críticos”.

Segundo Vaz (2011), o Atlântico Sul que antes ocupava um papel secundário no interesse das grandes potências passou a ocupar um espaço estratégico e de relevância no contexto mundial devido a um novo posicionamento geopolítico das grandes potências decorrente da descoberta de recursos naturais com valor econômico e ao aumento de fluxos comerciais na região. O Brasil considera os países da América do Sul, os países africanos banhados pelo Atlântico Sul, e esse espaço marítimo, e também a Antártica, como seu entorno estratégico, ou seja, área de interesse prioritário para o país, segundo a Política Nacional de Defesa (2024).

Os países que compartilham o oceano Atlântico Sul, do lado do continente americano, ou seja, da América do Sul, e do lado do continente africano possuem questões particulares e algumas diferentes das brasileiras, como, por exemplo, a Argentina. Esse país possui a questão da soberania sobre parte de seu território (Ilhas Malvinas). Ou ainda, a questão da pirataria, dentre outras, enfrentada, atualmente, por países africanos, especialmente no Golfo da Guiné. No caso do Brasil, a preocupação com sua área marítima diz respeito às vertentes de segurança e defesa, ambiental, comercial, econômica e científica. Dessa forma, o Estado brasileiro passou a desenvolver projetos de preservação, exploração, monitoramento e defesa dessa área, como o Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC), o Planejamento Espacial Marinho (PEM), o Programa Antártico (PROANTAR) e o SisGAAz, entre outros exemplos citados por Santos et al. (2022).

A metodologia do trabalho fundou-se em documentos oficiais brasileiros e fontes secundárias, com o propósito de explorar os principais desafios geopolíticos que se impõem ao Brasil no que tange à Amazônia Azul, reforçando a importância de prioridades, investimentos, meios, instrumentos e políticas públicas adequados para a vigilância e para a defesa desse espaço.

O texto está dividido em cinco seções. Esta introdução, que apresenta a linha de análise do assunto; a segunda seção que apresenta as riquezas da Amazônia Azul; a terceira, em que são expostas algumas ações que o Estado conduz para esse espaço marítimo; a quarta seção traz à discussão ações de cooperação com outros países para o Atlântico Sul. A quinta seção encerra o artigo com suas considerações conclusivas.

2 AS VERTENTES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

A escolha destas três dimensões é uma simplificação, porém justifica-se pela definição do conceito de desenvolvimento sustentável, consagrado no Relatório Brundtland de 1987 e corroborado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra ou Rio 92). Os três pilares do princípio do desenvolvimento sustentável são os critérios ambientais, a justiça social e

a viabilidade econômica. Em termos de Política e Direito, pode ser interpretado como o balanço entre interesses de diferentes stakeholders para que a decisão possa ser efetivamente implementada. Em outros termos, exige diálogo, transparência, legalidade e legitimidade durante o processo de tomada de decisão. Com diversidade e complexidade indiscutíveis, a sustentabilidade em escala nacional é sempre um imenso desafio, conforme Ribeiro et al. (2025).

As riquezas naturais são ainda pouco conhecidas, a começar pela rica biodiversidade local e a existência de ecossistemas únicos que prestam serviços importantes para a manutenção da vida na Terra. Em publicação de 2010, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) dividiu a região costeira e marinha em alguns ecossistemas, como dunas, praias, banhados e áreas alagadas, estuários, restingas, manguezais, costões rochosos, lagunas e marismas. Esses ecossistemas se comunicam com cinco biomas terrestres (Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga, Pampa e Cerrado), criando ambientes que prestam serviços ecossistêmicos únicos, como exposto em Ipea (2024).

Neste contexto, as interações entre o oceano e o clima constituem-se em tema ambiental importante (WMO, 2025), ainda mais no momento da COP 30 (Conferência das Partes no regime do clima), a ser realizada em Belém do Pará. O oceano pode ser considerado mantenedor da temperatura da atmosfera, uma vez que possui grande capacidade de reter o calor e distribuir esse equilíbrio pelo planeta através da evaporação da água e das correntes marinhas. Além disso, as águas possuem como uma de suas funções sequestrar e estocar o carbono da atmosfera. No entanto, Campos (2014) afirma que o aquecimento do planeta e o aumento da poluição atmosférica levam ao aquecimento das águas, ao aumento do degelo das calotas polares, a diminuição da salinidade e a acidificação das águas, à elevação do nível do oceano e, consequentemente, à alteração das correntes marinhas, alterando o equilíbrio oceano-atmosfera que propicia as condições de vida na Terra.

Quando se pensa em atividades no espaço marítimo brasileiro, algumas delas chamam mais atenção que outras, no entanto, não podem ser consideradas mais ou menos importantes. A primeira delas é o transporte marítimo, que se responsabiliza por mais de 95% do comércio internacional brasileiro, segundo a Marinha do Brasil. Acompanhando o transporte marítimo, tem-se a indústria da construção naval que vem sendo movimentada, inclusive, pela construção de embarcações militares. É importante considerar ainda que o transporte marítimo também necessita de infraestrutura portuária adequada. Além da infraestrutura, a própria construção das embarcações passa a demandar modificação, e a mais importante delas, no momento, é a descarbonização das embarcações (considerada no projeto BNDES Azul, no Brasil). Quanto ao tráfego pelo Atlântico Sul, Silva (2014) já havia abordado possíveis alterações: a ampliação do Canal do Panamá; a rota pelo Ártico; e as rotas de integração regional. Entretanto, atualmente, é preciso considerar mais dois fatores centrais: a hiper-competitividade geopolítica, econômica e tecnológica entre os governos da China e dos Estados Unidos, bem como os efeitos deletérios do clima sobre a navegabilidade do Canal do Panamá e das rotas do Atlântico Sul.

A segunda atividade relevante é o turismo litorâneo que, segundo Carvalho (2018), é o setor que mais emprega no Brasil. Mundialmente, a atividade vem crescendo e já se encontra quase no nível de 2019, anterior à pandemia (World Bank, 2025). Especificamente em relação ao turismo costeiro, a Comissão Europeia afirma que esse setor é o responsável pelo maior valor agregado bruto e pelo maior número de empregos relativos à economia azul na Europa (European Commission, 2025).

É importante ressaltar um outro ponto econômico e estratégico: as comunicações. Pelo Atlântico Sul, passam cabos submarinos que permitem a comunicação do Brasil com outros continentes. A integridade desses cabos é fundamental na garantia do fluxo de dados entre os países.

Outras atividades são decorrentes da exploração ou aproveitamento dos recursos naturais existentes. Segundo o Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás da Agência Nacional do Petróleo, no mês de fevereiro de 2025, 97,4% da produção de petróleo foi oriunda de poços marítimos, sendo 78,8% da zona do Pré-Sal. No entanto, a atividade de produção de energia produzida na zona marítima tem se diversificado. Há diversos estudos para a produção de energia renovável vinda do mar, como a eólica offshore, a maremotriz, as provenientes das ondas, de correntes marinhas, de gradientes térmicos e de salinidade (EPE, 2014).

A pesca, seja artesanal ou industrial, é uma atividade relevante, que após um período sem informações oficiais do governo brasileiro, teve alguns dados publicados recentemente. Embora esses dados ainda não configurem estatísticas completas, podem ser encontrados no sítio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura. Os dados são referentes ao Brasil e incluem quantitativo de pescadores, sejam eles artesanais ou industriais, assim como algumas características como gênero e escolaridade. As embarcações possuem seu quantitativo especificado por tamanho. A aquicultura também foi incluída nos dados. Importante salientar que as informações fornecidas possuem dados tanto de águas interiores como marítimas.

A atividade de mineração marinha, de sal marinho, minérios, sal-gema, pedras preciosas e semi-

preciosas, além da exploração de nódulos polimetálicos (depósitos de alguns tipos de minérios, como mangânese, cobalto, níquel e cobre no solo do oceano profundo) é a mais polêmica no que tange à preservação ambiental. Com o aumento da busca por recursos naturais no mar (aceleração azul), a exploração de alguns minerais que participam, principalmente, do processo de produção de energia limpa tem se intensificado. No entanto, essa exploração causa degradação ao meio ambiente marinho que, por conta da demora em se recompor, pode ser considerada como a extração de um recurso não renovável, como por exemplo, a extração dos rodolitos utilizados no processo de produção de fertilizantes.

Sob o ponto de vista ambiental, a sobre-utilização dos recursos do oceano em decorrência da busca de recursos naturais por parte das diversas nações, tem colocado em evidência a preocupação com a conservação do meio ambiente marinho. A aceleração da exploração desses recursos pode causar desequilíbrios nesse meio ambiente com características próprias, afetando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos prestados pelo oceano, podendo, inclusive, afetar o clima do globo.

Com um olhar geopolítico para o entorno estratégico, o Estado brasileiro, como ator principal, deve exercer seu poder pela regulamentação da utilização e da proteção desse espaço marítimo, e para isso deve implementar políticas públicas que levem em consideração todos os fatores envolvidos, quais sejam, econômicos, ambientais e de soberania. Além disso, deve levar em conta que uma parte do espaço marítimo tem sido objeto de demanda na Comissão de Limites da Plataforma Continental, resultando em um acrescimento de área, aumentando consequentemente os recursos biológicos e minerais a serem protegidos.

3 INICIATIVAS VOLTADAS PARA O MAR

3.1. CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Não é objetivo deste artigo explorar exaustivamente as iniciativas relativas ao mar, mas por meio de algumas delas demonstrar a complexidade de fatores, atores, e variáveis que essas políticas precisam considerar em seu bojo. Para organizar as atividades (como por exemplo, pesquisas científicas, conservação do meio ambiente, monitoramento oceanográfico) que são desenvolvidas no mar, o Brasil elabora o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). Nele são estabelecidas as ações mais relevantes, com seus respectivos objetivos, metas, produtos e fonte de recursos para o desenvolvimento dessas ações. Em janeiro de 2025, foi aprovado o XI PSRM, que deverá vigorar até 2027.

Com o objetivo de “estabelecer as bases institucional, estratégica, normativa e regulatória que possam ser utilizadas em apoio ao processo de tomada de decisão relacionado ao uso do mar e ao seu ordenamento e conservação, em âmbito público ou privado”, conforme estabelecido no XI Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), o PEM (descrito no item 5.9) possui o desafio de criar uma arena onde sejam sopesados interesses públicos e privados dos variados atores da sociedade, além das diversas políticas públicas existentes e futuras para o espaço marítimo brasileiro. Nesse processo, é fundamental que o Estado brasileiro mantenha-se como ator principal e exerça seu poder na coordenação das atividades que ocorrem no espaço marítimo. Segundo definição adotada pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (IOC - Unesco) citada em Andrade e Carvalho (2025, p. 10), “o PEM é um processo público de análise e atribuição da distribuição espaço-temporal das atividades humanas em áreas marinhas com objetivos ecológicos, econômicos e sociais, em geral, listado por processo político.” O PEM deve ser implementado até 2030, conforme compromisso internacional assumido pelo Brasil, em 2017, na II Conferência do Oceano, promovida pela ONU.

Para viabilizar o PEM, no Brasil, está em andamento a elaboração do projeto-piloto. Nele, a plataforma continental foi dividida em quatro áreas: Sul, Sudeste, Nordeste e Norte. Nesse primeiro momento, as verbas não são orçamentárias, pois provêm de recursos de doações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os processos licitatórios das regiões Sul, Sudeste e Norte, e de recursos do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para o processo da região Nordeste. No sítio eletrônico da Marinha do Brasil dedicado ao PEM, consta que o projeto para a região Sul é o que se encontra mais adiantado, estando na quarta parte da primeira fase. A região Nordeste vem em segundo lugar, estando na terceira etapa da primeira fase. A região Sudeste já teve o projeto aprovado e está iniciando sua implementação. Para o do Norte, ainda não constam informações de evolução.

Quanto à questão orçamentária, o Plano Plurianual 2024-2027 inclui em seu eixo 2 - “Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática” o programa Oceano, Zona Costeira e Antártica. Esse programa possui como objetivo prioritário “ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica”. Esse

Amazônia Azul, uma perspectiva brasileira no contexto da geopolítica do Atlântico Sul

assunto se enquadra tanto como programa finalístico no PPA 2024-2027, como na sua Agenda Transversal.

Concomitantemente, outras ações importantes têm sido desenvolvidas para estimular o fortalecimento das políticas para o mar. Uma delas é a definição oficial de economia do mar. O GT “PIB do Mar”, composto por representantes de várias áreas do governo, tem como objetivos estabelecidos pela Portaria 23-MB/MD, de 27/01/2025, definir o conceito de economia do mar e desenvolver uma metodologia para sua mensuração, entre outros.

Além desse grupo técnico, foram criados outros voltados para questões do mar como os Comitês Executivos de Economia Azul e do PEM. O Comitê Executivo “Economia Azul” é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e tem como objetivo principal “planejar, elaborar, manter atualizado e implementar um Plano de Trabalho, visando ao cumprimento das metas da Ação “Economia Azul”, integrantes do PSRM em vigor. Já o referente ao PEM é composto por 23 membros (representantes de órgãos e instituições públicas) e coordenado conjuntamente pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Ainda nesse diapasão, o Brasil, como participante da Agenda 2030 da ONU, assumiu desafios como as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 - Vida da Água e ações relativas à Década do Oceano (2021-2030). No âmbito da Agenda 2030 e do acompanhamento das metas do ODS 14, no portal odsbrasil, o país desenvolveu indicadores somente para três metas, e, para essas três, houve um desempenho positivo, segundo o Relatório Nacional Voluntário (2024). Como não há indicadores desenvolvidos para as demais, não há como se verificar o seu atendimento ou não. Porém, essa ausência de dados não torna o ODS 14 menos relevante. Para além da preocupação com esse ODS, é preciso enfatizar a importância da interrelação dele com os demais ODS. O ODS 14 se relaciona de alguma forma com todos os outros ODS, demonstrando a importância do oceano e da economia azul para o desenvolvimento sustentável global (Santos, 2022; Barros-Platiau et al., 2024).

A Década do Oceano enfatiza a ciência oceânica (sob diversos aspectos, como os biológicos, biotecnológicos, econômicos, políticos e sociais, por exemplo) como propulsora do desenvolvimento sustentável, do combate a riscos e ameaças (como a poluição) e integradora de grupos de pessoas com um objetivo comum, conhecer melhor o oceano, suas interações, com o clima e comunidades costeiras, por exemplo, e de suas potencialidades.

No Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é o “coordenador” das ações relacionadas à Década do Oceano, por meio do Plano Nacional de Implementação da Década de Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, que, por sua vez, faz parte do Programa Ciência no Mar. Segundo Christofolletti et al. (2021), no âmbito das atividades da Década, foram realizadas oficinas, coordenadas por diversos setores da sociedade (público, privado, organismo internacional e academia), e com a participação da população. O Brasil também tem focado na educação de crianças e jovens, com a ambição de aumentar a sensibilidade dos(as) futuros(as) tomadores(as) de decisão sobre as questões oceânicas. Em 2025, a UNESCO reconheceu o Brasil como o primeiro país a implementar a educação azul nos currículos escolares.

Paralelamente, a Marinha do Brasil conduz o Plano Setorial para os Recursos do Mar — atualmente em sua 11ª edição —, que contempla um conjunto de ações voltadas para a temática marítima. Nesse contexto, a Marinha atua tanto como coordenadora quanto como colaboradora junto a outros órgãos governamentais, promovendo iniciativas dedicadas aos assuntos relativos ao mar. É relevante ressaltar a preocupação das iniciativas acima com a sustentabilidade, que pode ser observada nos programas de desenvolvimento sustentável, nos investimentos em energia limpa e nos programas de conservação da biodiversidade, acima mencionados. Essas preocupações estão acompanhadas de uma questão preponderante, a da soberania. Segundo Medeiros Filho (2022), é necessário um Estado forte nesse processo de implementação de estratégias nacionais no atual quadro de abordagem multilateral.

3.2. ALGUMAS INICIATIVAS RELATIVAS À DEFESA E SEGURANÇA

Dos três documentos estruturantes para a defesa do Brasil, dois contemplam diretamente o ambiente marítimo. São eles: a Política Nacional de Defesa - PND (2005, 2018, 2024) e a Estratégia Nacional de Defesa - END (2008, 2024). Ambos os documentos reconhecem como prioritária a defesa e a segurança nacional do espaço marítimo do Atlântico Sul.

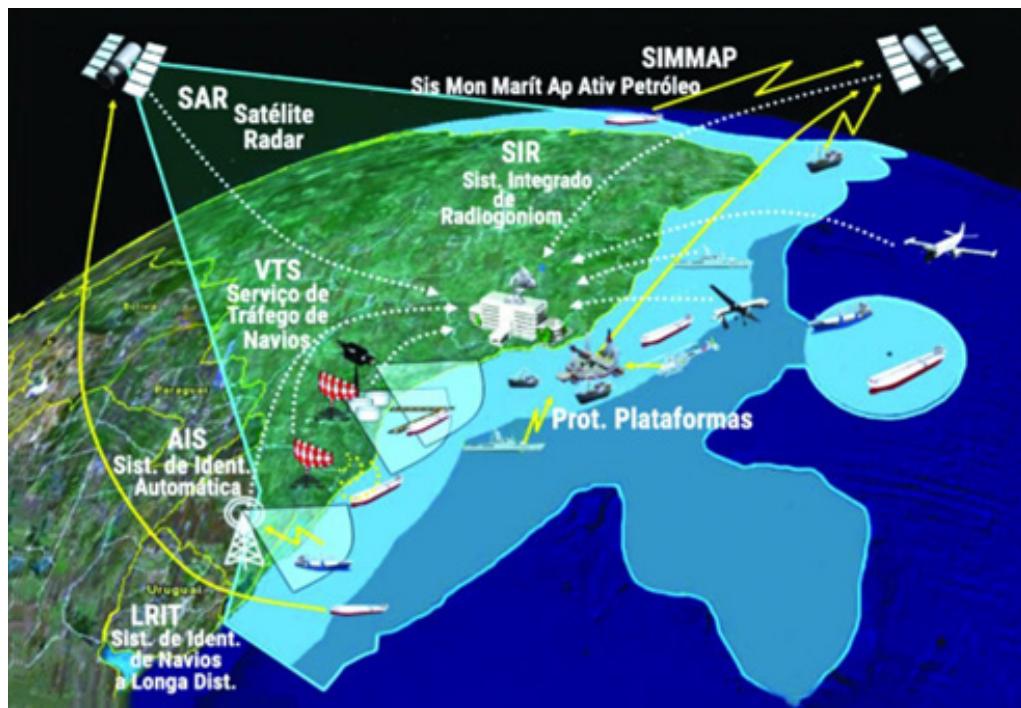
Considerando a importância da Amazônia Azul, tanto pela abundância de recursos, quanto pelo valor estratégico e geopolítico para a defesa nacional, mostra-se fundamental que o Estado dedique uma atenção especial a essa área marítima, também por meio de políticas públicas de defesa. Nessa ótica, a Marinha do Brasil vem empreendendo esforços por intermédio de programas estratégicos com a finalidade de operacionalizar as ações de proteção e monitoramento do mar. Dessa forma, cabe citar três programas estratégicos conduzidos pela Marinha do Brasil diretamente relacionados com a defesa da soberania brasileira no Atlântico Sul, conforme se observa a seguir.

Segundo Andrade, Barros-Platiau e Hillebrand (2020), o Programa Nuclear da Marinha – PNM – tem como objetivo prioritário possibilitar que o Brasil tenha o domínio do ciclo do combustível nuclear e a construção de uma planta nuclear embarcada (dois projetos da Marinha se encontram sob esse programa). Esse programa tem um efeito spin off, uma vez que o desdobramento desse conhecimento deve atingir outros setores da economia, como o setor energético, de saúde e agroindustrial, segundo a Marinha do Brasil. Diretamente relacionado à defesa, o programa é fundamental para o desenvolvimento do reator para o primeiro submarino de propulsão nuclear brasileiro, que está sendo desenvolvido em outro programa da Marinha do Brasil, o PROSUB.

O segundo programa importante para a defesa da Amazônia Azul é a Modernização do Poder Naval. Esse programa está subdividido em quatro subprogramas: Desenvolvimento de Submarinos (PRO-SUB), Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO), e os relacionados ao Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), como PROADSUMUS. Esses subprogramas voltados ao fortalecimento do Poder Naval possuem um efeito dinamizador da economia, das áreas de ciência e tecnologia e da indústria brasileira.

Como terceiro programa importante para a Amazônia Azul pode-se citar o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), um sistema de supervisão para o monitoramento dessa grande área que é a Amazônia Azul, desenvolvido pela Marinha. Trata-se de sistema que tem por missão “monitorar e proteger, continuamente, as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e não-vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul e para o desenvolvimento nacional” (conforme definido pela Marinha do Brasil). Essas atividades são realizadas por um conjunto de sistemas que deverão se conectar com outros órgãos e instituições brasileiras como a Polícia Federal, o Ibama, a Receita Federal, a Petrobras, entre outras.

Figura 1 - SisGAAz (esquema)



Fonte: Marinha do Brasil

Ainda, deve-se citar o Programa “Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos” que está sendo desenvolvido com o objetivo de aumentar a capacidade de defesa e de segurança da Amazônia Azul, por meio da construção de um complexo naval múltiplo na foz do Rio Amazonas. Cabe considerar que todas as ações do Estado para o fortalecimento da supervisão, defesa e segurança do espaço marítimo, inclusive com o fortalecimento do poder de dissuasão, colaboram para um posicionamento mais efetivo do país na geopolítica regional.

4 AS INTERAÇÕES BRASILEIRAS NO ATLÂNTICO SUL

A Estratégia Nacional de Defesa deixa claro, em seu item 1, que a preocupação brasileira não se restringe somente ao espaço das Águas Jurisdicionais Brasileiras e à Área (espaço internacional), quando propõe que “para o incremento dessa segurança, é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países lindeiros do Atlântico Sul, sobretudo por meio de suas Marinhas”, além de buscar a redução da possibilidade de conflitos no entorno estratégico, no caso marítimo, por meio da consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Segundo Reis (2011), as preocupações do Brasil com o espaço marítimo não se restringem às questões exclusivamente brasileiras, mas também ao espaço internacional que separa o Brasil da África, devido ao perímetro defensivo, e, portanto, sob o poder marítimo brasileiro.

São importantes também para a região, os acordos bilaterais e multilaterais referentes à atividade militar. Os Estados Unidos mantêm navios na costa africana, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) faz exercícios militares na região de Cabo Verde, e a Rússia, na costa da Venezuela. Cabe ainda lembrar que a OTAN pode ter acesso a todo o espaço do Atlântico Sul como base para suas operações militares por intermédio das ilhas do Reino Unido situadas na região (mapa 1 abaixo). No entanto, esse acesso ao Atlântico Sul atualmente se dá por uma decisão político-estratégica. Em 2010, essa organização reviu seu Conceito Estratégico para a Defesa e a Segurança dos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, e declarou que sua atuação não está restrita somente ao Atlântico Norte, mas pode se estender para além de suas fronteiras, onde haja “instabilidade ou conflito [...] que possa ameaçar diretamente a segurança da Aliança, que especialmente alimentem o extremismo, o terrorismo ou atividades transnacionais ilícitas, como o tráfico de armas, de droga e de seres humanos” (OTAN, 2010, item 11, constante da parte “O ambiente de segurança”).

Figura 2- Ilhas britânicas no Atlântico Sul



Fonte: Sítio eletrônico Poder Naval <http://www.naval.com.br>

A presença internacional, principalmente de outras marinhas, na região se dá principalmente pela IV Frota americana voltada para operar no Caribe e no Atlântico Sul e pela Marinha britânica que se faz presente devido à necessidade de proteção das ilhas sob o seu domínio. O Reino Unido possui várias ilhas no Atlântico Sul (Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough, Sandwich do Sul, Georgia do Sul, Órcades do Sul e Malvinas).

As iniciativas de cunho geopolítico de Portugal e Espanha pelo Atlântico Sul foram demonstradas por Portugal, em 2010, com a iniciativa de incluir o Atlântico Sul nas preocupações estratégicas da OTAN. A Espanha, em 2009, promoveu uma reunião, que resultou na Declaração de Lanzarote, que enfatizava a necessidade de cooperação entre os países da área do Atlântico Sul para enfrentarem ameaças e desafios geopolíticos.

Além das iniciativas de Portugal e Espanha, há vários programas desenvolvidos pela União Europeia e por seus países constituintes (como acordos bilaterais) para o escopo regional, voltados principalmente para o continente africano (como, por exemplo, a European Union Maritime Security Strategy e a European Energy Security Strategies).

No continente africano, o Golfo da Guiné passou a receber especial atenção do Brasil. Nessa área marítima podem ser encontradas muitas riquezas naturais, principalmente petróleo. No entanto, apesar dessas riquezas, os países dessa região são considerados Estados Frágeis ou Falidos no conceito desenvolvido pela OCDE (2021), pois são países com baixo índice de desenvolvimento e alto índice de violência. Naquela região, o Brasil se preocupa com os altos índices de pirataria, roubo armado a navios (principalmente petroleiros), tráfico de seres humanos, armas e drogas, terrorismo, imigração ilegal, pesca ilegal, segundo Guastini (2020), e da consequente degradação ambiental. O Brasil, assim como outros países, individualmente e/ou grupos de países, como a União Europeia, possuem iniciativas para auxiliar o desenvolvimento e a defesa regional, e a construção de sua identidade, da boa governança e do fortalecimento do estado de Direito. O Brasil possui vários acordos de cooperação técnica, comercial, social, cultural e militar bilaterais com todos esses países que se localizam no Golfo da Guiné, além de operações militares para treinamento das forças locais, como a Guinex-II.

4.1. ALGUNS TRATADOS QUE ABRANGEM A REGIÃO DO ATLÂNTICO SUL E O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

O Brasil é signatário de alguns acordos internacionais importantes para a Amazônia Azul. O primeiro tratado que deve ser citado é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que define mar territorial e zona contígua, as normas aplicáveis aos navios ao passarem pelos mares territoriais, como podem ser explorados os recursos, vivos ou não vivos, solo e subsolo, ou seja, define em linhas gerais como “funciona” a governança do oceano.

O tratado de Tattelolco, assinado pelo Brasil em 1967, trata exclusivamente da proibição de armas nucleares na América Latina e Caribe, sendo permitida utilização da energia nuclear para fins pacíficos por esses países. Ele engloba a Amazônia Azul, quando em seu art. 3º, estabelece que o termo “território” inclui o mar territorial e outros espaços onde o país exerce soberania. Também cabe mencionar que esse tratado possui dois protocolos. O primeiro estende os termos do tratado aos países que possuem territórios na região. Já o segundo protocolo diz respeito à intenção de países que possuem armas nucleares não as utilizarem nessa região, ou contra países signatários desse tratado. Além da importância para a geopolítica local e mundial, esse tratado é importante para a Amazônia Azul primeiramente no que diz respeito à proibição de realização de testes nucleares na região. É de conhecimento público que alguns testes nucleares foram feitos em zonas marítimas, destruindo a biodiversidade e afetando as populações costeiras.

Uma iniciativa internacional que deve ser citada é a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), liderada pelo Brasil em 1986. Não é um tratado, mas um acordo e um fórum que busca a manutenção da paz e da segurança e a cooperação regional entre os 24 países aderentes (banhados pelo Atlântico Sul). Conforme item 2 da Resolução da ONU 41/11, de 1986, o acordo é focado principalmente na cooperação entre esses países para a promoção de desenvolvimento econômico e social, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos e a manutenção da paz e segurança na região. Segundo Queiroz (2023), o Brasil é ator-chave nesse fórum multilateral. Em 2026, a nona reunião da ZOPACAS deverá ocorrer no Brasil, quando ele assumirá a presidência pro tempore.

O Tratado da Antártica, de 1959, define a área do continente Antártico abrangida pelo Tratado (sul do paralelo 60°S). O tratado estabelece o uso pacífico do continente, a desmilitarização da região, sendo a principal atividade permitida no continente a realização de pesquisas científicas pelos países signatários (Mattos, 2014). Embora à primeira vista possa parecer fora de contexto citar um acordo que diz respeito a um continente que é banhado por outro oceano, o Antártico, desde 2012, a Antártica é considerada, pela Estratégia Nacional de Defesa, como parte do entorno estratégico do Brasil, e, portanto, área de seu

Amazônia Azul, uma perspectiva brasileira no contexto da geopolítica do Atlântico Sul

interesse geopolítico. Nesse sentido, o PROANTAR permite que o Brasil mantenha sua base científica na Antártica para realizar diversas pesquisas, muitas delas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como o INCT da Criosfera, com sede na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além desses tratados e das ZOPACAS já expostos, o Brasil ainda é signatário da Declaração de Mindelo (2023), que retoma a cooperação no Atlântico Sul com base na nova ordem internacional, da Convenção sobre a Diversidade Biológica e do Protocolo de Nagoia. Apesar de ter assinado o Tratado sobre a Biodiversidade além da jurisdição nacional (Biodiversity beyond national jurisdiction, BBNJ - da sigla em inglês), o Brasil ainda não o ratificou. Há, ainda, diversos tratados bilaterais entre o Brasil e países banhados pelo Atlântico, que podem ser consultados no sítio eletrônico do governo brasileiro, no portal Concordia.

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

As Amazônias verde e azul têm muitas características comuns como sua grande extensão, a enorme biodiversidade e a preocupação por incentivar um desenvolvimento sustentável, além de guardarem uma interdependência vital com a questão climática. A análise das muitas facetas relacionadas à Amazônia Azul e à geopolítica regional é bastante complexa e diversa. Além da conhecida necessidade de controle das atividades na região com vistas a coibir padrões predatórios de exploração dos recursos terrestres e marinhos, o Brasil enfrenta desafios relativos à atual crise da cooperação internacional e do multilateralismo. Desta feita, o conexão entre Estado, poder e espaço exige especial atenção do governo e dos seus diversos atores interessados.

A segurança e a supervisão da área marítima são fatores preponderantes no que se refere ao tráfego de embarcações e às comunicações por cabo submarino. Ambas as atividades (supervisão e segurança) são de responsabilidade da Marinha do Brasil que, com o objetivo de cumprir essa missão, tem investido especialmente na modernização de sua frota, no programa nuclear e no aprimoramento do SisGAAZ. Com esses programas, a Marinha do Brasil pode aprimorar o processo de obtenção de informações para a tomada de decisão e, portanto, melhorar a sua atuação, inclusive em situações de crise. Nesse sentido, é importante o fortalecimento do poder naval brasileiro.

Uma questão que perpassa todos esses pontos é como harmonizar as atividades econômicas com o uso mais sustentável dos recursos marinhos. Para enfrentar esse desafio, um instrumento que tem demonstrado ser eficiente é o Planejamento Espacial Marinho, que permite organizar atividades no tempo e no espaço, além de gerir os conflitos e interesses entre os diversos atores. O desenvolvimento dessa ferramenta de gestão, que já se encontra em curso, no Brasil, pode apontar para o desenvolvimento promovido por exploração de riquezas de recursos vivos e não vivos e por atividades no espaço oceânico, sem perder a preocupação com a preservação do meio ambiente marinho.

Não menos importante para o oceano, como proposto pela Década do Oceano, é o apoio a projetos científicos nas mais variadas áreas de conhecimento, bem como a educação azul, e sempre de forma integrada. É preciso conhecermos melhor a vida na região e formar os futuros tomadores de decisão e pesquisadores.

O Brasil deve manter o seu olhar geopolítico para a Amazônia Azul tanto do ponto de vista diplomático quanto do militar, considerando os aspectos ambiental, econômico e social, como foi exposto neste artigo. No entanto, faz-se necessário aprofundar a sinergia entre essas abordagens para que a atuação protagonista do Estado brasileiro na região possa ser efetiva e, também, incentivar e aprimorar ações de colaboração dos países vizinhos. Somente um Estado soberano, bem organizado e com instrumentos eficazes de governança pode ter capacidade para implementar ações complexas que unam ciência, preocupação com alterações climáticas, necessidades de conservação ambiental, de preservação da biodiversidade, sem perder de vista o desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Após atuação do Governo Federal, ONU reconhece expansão do território marítimo brasileiro. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/apos-atuacao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-da-marinha-onu-reconhece-expansao-do-territorio-maritimo-brasileiro>. Acesso em 12 jul. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Boletim de Produção de Petróleo e Gás Natural, fevereiro/2025.

ANDRADE, I. O.; CARVALHO, A. B. **Planejamento espacial marinho como ferramenta de gestão de política pública para a Amazônia azul. Ipea:** texto para discussão, Brasília, n. 3088, 2025. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3088-port>

ANDRADE, I. O. Economia Azul: o crescimento que vem do mar. **Marinha em Revista**, ano 9, n.13, 2019.

ANDRADE, I. O.; BARROS-PLATIAU, A. F.; HILLEBRAND, G. R. L. The Brazilian Navy Nuclear Program: Applicability, Viability and Relevance. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v.26, n.3, set./dez. Rio de Janeiro: EGN, 2020.

ANDRADE, I. O.; BARROS-PLATIAU, A. F.; CÂMARA, P. E. A. S.; HILLEBRAND, G.R.L. Economia do mar: desafios e possibilidades para o Brasil na Amazônia Azul. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 35, n. 75, p. 50-77, set./dez. 2020b.

BARROS. J.G.; BARROS-PLATIAU, A. F. ; OLIVEIRA, C.C.; OLIVEIRA, L.S. "Amazonie bleue" et projection brésilienne sur l'avenir . **Revue Outre-Terre. Revue européenne de géopolitique**. Edição especial L'empire (pacifique) du Brésil. , n 01, 2015. Disponível em: L'empire (pacifique) du Brésil | Cairn.info. Acesso em 12 jul. 2025.

BARROS-PLATIAU, A. F. et al. Ocean Governance in the Anthropocene. A New Approach in the Era of Climate emergency. In: TRIPATHI, S., BHADOURIA, R. et al. **Eco-Politics and Global Climate Change**, v. 65, Cham, Switzerland: Springer 2023.

BARROS-PLATIAU, A. F. et al. The Implementation of SDG 14 in Brazil: Too close to Scylla and Charybdis. In: GALVÃO, T.G, MENEZES, H.Z. (Org.) **The Quest for the Sustainable Development Goals: Living Experiences in Territorializing the 2030 Agenda in Brazil**. Cham, Switzerland: Springer, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-031-59279-9>

BARROS-PLATIAU, A. F; SIQUEIRA, C. E.; MORAES, S. R. O.; GALVÃO, J.; CAVA, B. The Amazon and COP 30 in Belém – How is the Local Connected to the Global Agenda?. In: GULDBERG, C.; FROEHLICH, T.; LOMBARDI, T.; BARROS, A. F. (Eds.) **The Palgrave Handbook on the International Relations of the Amazon**. Palgrave MacMillan, 2025, no prelo.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Relatório Nacional Voluntário**, 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional**. Decreto Legislativo 175/2025.

CAMPOS, E. J. D. O oceano e o sistema climático. **Revista da USP**, n.103, p. 55-66, 2014.

CARVALHO, A. B. **Economia do Mar: conceito, valor e importância para o Brasil**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

CASTRO, I. E. Geografia Política: Algumas Precisões, Velhas e Novas questões e muitos desafios no século XXI. In: COSTA, W. M. da; SILVA, A. C. P. da; GARCIA, T. de S. L.; VASCONCELOS, D. B.; SIMÕES, T. H. N. (org.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: agendas, atores e pesquisas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 20-45. Disponível em: Versão pdf do arquivo GEOGRAFIA_POLÍTICA_LIVRO_VI_CONGEO.pdf. Acesso em: 12/07/2025.

CHRISTOFOLETTI, R. A.; ANDEOTTI, A. J. G. ; MAZZUCO, A. C. A. et.al . A Década da ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável. E eu com isso?. **Ciência e Cultura**, v. 72, p. 28-35, 2021.

COSTA, W. M. da; SILVA, A. C. P. da; GARCIA, T. de S. L.; VASCONCELOS, D. B.; SIMÕES, T. H. N. (org.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: agendas, atores e pesquisas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. Disponível em: Versão pdf do arquivo GEOGRAFIA_POLÍTICA_LIVRO_VI_CONGEO. pdf. Acesso em: 14/07/2025.

Amazônia Azul, uma perspectiva brasileira no contexto da geopolítica do Atlântico Sul

Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE. **Potencial dos recursos energéticos no horizonte 2050.** Rio de Janeiro: EPE. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topicos-416/NT04%20PR_RecursosEnergeticos%202050.pdf

EUROPEAN COMMISSION. **The EU Blue Economy Report**, 2025.

FARIA, E. P. O Poder Naval Brasileiro e os Interesses do País no Atlântico Sul. In: ACIOLY, L. e MORAES, R. F. **Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais. Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.** Brasília: IPEA, 2011.

GALVÃO, T. G., MENEZES, H. Z (Org.). **The Quest for the Sustainable Development Goals: Living Experiences in Territorializing the 2030 Agenda in Brazil.** Cham, Springer, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-031-59279-9>

GONZALES, S. L. de M. O lugar da Geopolítica no século XXI: por uma Geopolítica no (do) Brasil. In: COSTA, W. M. da; SILVA, A. C. P. da; GARCIA, T. de S. L.; VASCONCELOS, D. B.; SIMÕES, T. H. N. (org.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: agendas, atores e pesquisas.** São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 77-86. Disponível em: Versão pdf do arquivo GEOGRAFIA_POLÍTICA_LIVRO_VI_CONGEO.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025

GUASTINI, R. L. **A oceanopolítica como instrumento de diplomacia de defesa no entorno estratégico brasileiro: um estudo de caso sobre a atuação da Marinha do Brasil (MB) no Golfo da Guiné (2012-2020).** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Guerra - Campus Brasília, relativo ao curso de Especialista em Altos Estudos em Defesa. Brasília, Escola Superior de Guerra, 2020.

GULDBERG, C.; FROEHLICH, T.; TARTALHA, T.; BARROS-PLATIAU, A.F. (eds.). **The Palgrave Handbook of the International Relations of the Amazon.** Londres: Palgrave Macmillan, 2025, no prelo.

INOUE, C. Y. A., RIBEIRO, T. L., GONÇALVES, V. K., SCHIEL, J., MENDES, V., SEQUEIRA, J. E. O. A., LINS, J. **Amazonia Center of the World: Telling Stories of Socioenvironmentalism as Struggles for a Planet of Many Worlds. Global Environmental Politics.** MIT Press Direct, 2025. doi: <https://doi.org/10.1162/glep.a.5>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.** Brasília: Ipea, 2024. 21 p. (Cadernos ODS, 14). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS14>

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN). **Amazônia: Fauna e Flora.** Brasília. Disponível em: <https://ispn.org.br/fauna-e-flora-da-amazonia>. Acesso em 20 mar. 2025

MARINHA DO BRASIL. **Leplac.** Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/leplac>. Acesso em 29 maio 2025.

MARINHA DO BRASIL. **Economia Azul.** Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/sobre>. Acesso em 12 jul. 2025.

MATTOS, L. F. A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, EGN, v.20, n.1, janeiro/junho, 2014.

MEDEIROS FILHO, O. Mudança climática, soberania e segurança: cenários futuros. **Diálogos Soberania Clima**, v.1, n.1, 2022.

MEDEIROS FILHO, O.; SÁ, M. E.; SOARES, B. **Territorial policies for the Amazon region:** from Portuguese fortifications to socio-environmental challenges. In: GULDBERG, C.; FROEHLICH, T.; TAR-

TALHA, T.; BARROS-PLATIAU, A.F. (eds.). *The Palgrave Handbook of the International Relations of the Amazon*. Londres: Palgrave Macmillan, 2025, no prelo.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Portal de Dados Abertos**. Disponível em <https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/ministerio-da-pesca-e-aquicultura>. Acesso em 12 jul. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. Brasília: MMA/SBF/GBA, 2010.

MONTEIRO, L. C. **Esperando os bárbaros: geopolíticas da segurança no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **États de fragilité 2020**. França: OCDE, 2021

ORGANIZAÇÃO DOTRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **Concept Stratégique pour la défense et la sécurité des membres de l'Organisation du Traité de l'Atlantique Nord**, 2010.

QUEIROZ, F. A. Um olhar acadêmico sobre a importância da Amazônia Azul. **Agência Marinha de Notícias**, 17/11/2023. Disponível em <https://www.agencia.marinha.mil.br/especial/um-olhar-academico-sobre-importancia-da-amazonia-azul>. Acesso em 29 abr. 2025

REIS, R. G. G Atlântico Sul: um desafio para o século XXI – as velhas ameaças se perpetuam nas “novas”?.

ACIOLY, L. e MORAES, R. F. **Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais. Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia**. Brasília: IPEA, 2011.

RIBEIRO, F. N. D., CHRISTOPOLOUS, T. P., ALMEIDA, P. S., SIMÕES, A. F., COLOMBO, R. (Org.). **Sustentabilidade. Críticas e Desafios das Agendas Ambientais**. Curitiba: Appris, 2025.

ROMANA, H. B. Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistêmica e Interdisciplinar. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, EGN, v.22, n.1, 2016.

SANTOS, T.; BEIRÃO, A. P.; ARAÚJO M. C. de; CARVALHO, A. B. De (Org.). **Economia azul: vetor para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Essential Idea, 2022.

SANTOS, T. Economia Azul e a Agenda 2030. SANTOS, T.; BEIRÃO, A. P.; ARAÚJO M. C. de; CARVALHO, A. B. De (Org.). In: **Economia azul: vetor para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Essential Idea, 2022.

SEIXAS, C. S.; TURRA, A.; FERREIRA, B. P. et al. **Sumário para Tomadores de Decisão do 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-65-00-84968-4>

SILVA, A. P. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o projeto Amazônia Azul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, 2013.

SILVA, A.R.A. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. NASSER, R.M., MORAES, R.F. (Org.) **O Brasil e a Segurança no Seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília, IPEA, 2014.

TRATADO PARA A PROSCRIÇÃO DE ARMAS NUCLEARES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE (TRATADO DETLATEELOCO), concluído na Cidade do México, em 14/02/1967.

UNITED NATIONS. **Acordo da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Resolution 41/11, de 1986.

Amazônia Azul, uma perspectiva brasileira no contexto da geopolítica do Atlântico Sul

VAZ, A.C. O Atlântico Sul nas Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, IPEA, n.6, abril/junho, 2011.

VERÍSSIMO, B.; ASSUNÇÃO, J.; LIMA, M. As Cinco Amazônias. **Stanford Social Innovation Review Brasil: Especial Amazônia. Passado, presente e futuro da floresta**, 2024. Disponível em: <https://ssir.com.br/as-cinco-amazonias/>. Acesso em 20 maio 2025.

WORLD BANK. **Tourism Watch Quaterly Report**. January Edition, 2025.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **WMO Global Annual to Decadal Climate Update (2025-2029)**, 2025. Disponível em: wmo.int. Acesso em: 15 jul. 2025.